

## Os línguas e a gramática tupi no Brasil (século XVI)

Maria Cândida DRUMOND MENDES BARROS

*Museu Emilio Goeldi / Belém, Brasil*

### 1. Introdução

No Brasil, o tupi -chamado de língua brasílica nas crônicas jesuíticas- foi a língua da conversão religiosa, no período de 1549, data de chegada dos jesuítas, até 1759, quando a Companhia de Jesus foi expulsa da colônia e teve início uma política patrocinada pela administração colonial de oficialização do português no contato com os grupos indígenas. No contexto deste trabalho tentar-se-á reconstruir a política lingüística da Companhia de Jesus no Brasil no século XVI através de três questões<sup>1</sup>:

1. identificação do intérprete tupi da missão, particularmente aqueles que eram membros da Companhia de Jesus. Com o levantamento espera-se rastrear a forma de aquisição do tupi no interior da ordem religiosa (pela oralidade ou pela escrita).
2. a presença de uma tradição de discurso público exortativo (com valores de advertência, clamor, etc.) tanto entre missionários como entre grupos tupi e a forma de sobreposição dessas duas tradições discursivas como parte da estratégia de conversão jesuítica.

Esses dois tópicos estão relacionados ao termo "língua", usado nas crônicas jesuíticas com o sentido de intérpretes tupi ou como pessoas com poder de oratória nesta língua.

3. conhecer os espaços de elaboração e difusão de uma escrita colonial tupi através do enfoque do uso colonial da gramática de Joseph Anchieta. O surgimento da escrita tupi será focalizado como indício da presença da "Ideologia das Letras" (MIGNOLO, 1992) que foi um movimento intelectual do Renascimento europeu, o qual privilegiou a escrita como forma de conhecimento. A ideologia das letras estava ancorada na escrita alfabética, na tecnologia da imprensa e na cultura dos livros. Tendo sido contemporânea à expansão do mundo colonial, a ideologia das letras tomou a escrita alfabética como marca da fronteira entre barbárie e civilização. Os povos indígenas da América, por não terem a escrita alfabética, representariam a barbárie. No caso dos grupos indígenas que possuíam algum sistema de escrita, como os Náhuatl e Maya, o papel colonizador no âmbito da linguagem ocorreu através da substituição desses sistemas autóctones de escrita pela alfabética.

Essas três questões levarão à caracterização da política lingüística da Companhia de Jesus pela diglosia tupi versus latim, línguas a serem caracterizadas pelos valores de externa versus

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura e comentários de Adélia Rodrigues, Bartolomé Meliá, José Horta Nunes e Maria Carlota Rosa e Paulo Melo e Alexandre Gerhardt pela elaboração da tabela.

interna. A língua brasílica era utilizada pela missão para comunicar-se com os de fora, enquanto o latim se definia como língua de domínio interno da Companhia.

A atenção recairá particularmente no século XVI, nos primeiros 50 anos dos jesuítas na colônia. A principal fonte de documentação será a obra de Serafim Leite sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil.

## 2. O intérprete missionário

Antes da chegada dos missionários e da administração colonial, a função de intérprete já existia nas situações de chegada de navios para abastecer ou comercializar (CORTESÃO, 1955). Em geral, esta função era exercida pelos colonos europeus espalhados pela costa. O aprendizado da língua indígena por eles era essencialmente oral, fruto da convivência por laços de parentesco e compadrio com os grupos indígenas da costa. Não há menção ao aparecimento de uma escrita tupi neste período. São Vicente é um caso exemplar de núcleo de colonos formado graças às relações de alianças com os grupos indígenas da região e com predomínio do uso do tupi como língua de contato (CARDIM, 1939:171). Para esses europeus estabelecidos na costa, o tupi funcionava como língua de comunicação interna, ao ser empregada para falar com familiares e aliados.

A função do tupi para a Companhia de Jesus foi de língua de comunicação externa, ao ser usada para falar com os índios. A própria existência de intérpretes no interior da Companhia de Jesus indicaria as limitações do domínio do tupi entre os seus membros. Nem todos os membros a sabem; os "padres do reino" (aqueles que chegavam já ordenados), por exemplo, costumavam receber dispensa de saber a língua brasílica (LEITE, 1950:v.II:564). Dos oito provinciais que a Companhia de Jesus teve no Brasil no século XVI, apenas um (Anchieta) é reconhecido como tendo conhecimento do tupi.

As crônicas mencionam o uso de índios "mamaluquos" (filhos de colonos com índias) e colonos europeus exercendo o papel de intérpretes para a Companhia. O emprego de mulheres e crianças indígenas nessa função, em particular nas situações de confissão, foi um tema polêmico no interior da Igreja. Manuel da Nóbrega, primeiro provincial dos jesuítas no Brasil, e o bispo Pedro Fernandes mantiveram em 1552 um debate em relação ao tema. O bispo questionava o seu uso (LEITE, 1956:361-363), enquanto Nóbrega argumentava que não havia inconvenientes por serem eles "feitos a nossa mão" (LEITE, 1956:370).

Apesar do uso de intérpretes externos à ordem religiosa, o empenho da Companhia foi formar seu próprio quadro de "línguas", vinculados à Missão por laços de obediência. Apenas nos primeiros anos, os jesuítas compartilharam intérpretes com a administração; posteriormente, a Companhia ganhou uma posição privilegiada frente à segunda, ao estabelecer seu próprio corpo de "línguas" e chegando mesmo à posição de emprestá-los para a administração. No período de 50 anos, é possível alistar cerca de 60 nomes de jesuítas identificados como tendo algum domínio do tupi<sup>2</sup>. Deles, 43 entraram na Companhia de Jesus na colônia; sua procedência foram colonos, filhos de portugueses crescidos no Brasil e órfãos portugueses. Jesuítas "línguas" que chegaram já ordenados foram em menor número. A

---

<sup>2</sup> Ver quadro em anexo. A lista inclui todo jesuíta mencionado como *lingua* ou como tendo algum conhecimento do tupi.

diferenciação entre jesuítas "nascidos na terra" e os do "reino" esteve ligada a ter ou não domínio do tupi<sup>3</sup>.

A forma de atuação dos irmãos "línguas" -que não tinham prerrogativas para oficializar sacramentos- era acompanhando os "padres do Reino" (1551/LEITE, 1956:226). Quanto maior o posto -o de provincial, por exemplo- maior o número de intérpretes acompanhando-os. Nóbrega e Luis Grã, por exemplo, são mencionados em algumas ocasiões viajando pelas casas jesuíticas acompanhados por vários "irmãos línguas".

Nos primeiros anos, o recrutamento de membros para os quadros jesuíticos esteve determinado pelo domínio da língua brasílica. Nóbrega, provincial até 1559, formou seu quadro de "línguas" basicamente através dos colonos e meninos órfãos enviados da Europa<sup>4</sup>. Os meninos órfãos ("os irmãos menores") chegavam na colônia em média com 14 anos. No fim do período de noviciado, não entravam nas classes de gramática ou de humanidades (como ocorreria na Metrópole) sem antes passarem um tempo nas aldeias (LEITE, 1950:v.II:563). Outra forma de expor os "irmãos menores à língua da terra" era pela proximidade das escolas para crianças indígenas à dos adolescentes portugueses. Estes eram os momentos de aprendizado da língua brasílica.

Outro importante contingente de "línguas" foi o de colonos e meninos portugueses crescidos no Brasil. A importância dos colonos e seus filhos enquanto potenciais membros da ordem é possível verificar pela preferência de se ter São Vicente como a principal base dos jesuítas. Em 1550 Nóbrega decidiu instalar ali a primeira casa do grupo e não em Salvador, sede do governo na colônia. A boa relação dos colonos com os índios e o domínio que tinham das duas línguas seriam os motivos principais para a instalação em São Vicente (1553/LEITE, 1957:15, 76)<sup>5</sup>.

A importância que havia no fato de ser "língua" pode ser observada na Colônia pelo grande número de solicitações de dispensa das exigências institucionais para receber os votos. Os pedidos de dispensa apontam para o fato de que aquelas pessoas não correspondiam ao perfil requerido na Metrópole, mas ainda assim se pleiteava sua entrada ou promoção na Ordem, muitas vezes pelo motivo de domínio da "língua da terra". Por exemplo, em relação a Pero Correia, se pedia dispensa da pena de morte de índios, fato ocorrido antes de ter entrado na Companhia de Jesus; para Fernão Luis, dispensa de votos por já ser padre secular; para

<sup>3</sup> "se não fôssem eles [os sujeitos nascidos no Brasil], mal se poderia conseguir o fim que cá se pretende; porque como a língua brasílica lhes é a eles quási natural, tem muita graça e eficácia e autoridade com os Índios para fazer-lhes práticas das coisas da fé e lhes persuadem tudo o que é mister para tê-los quietos e contentes [...] e os que vem de Portugal, ainda que aprendam a língua, nunca chegam a mais que a entendê-la e poder falar alguma coisa, pouca, para ouvir confissões, nem acabam tanto com os Índios como os outros, que sabem seus modos e maneira de falar, e embora estes Portugueses, naturais de cá, nao sejam tanto para reger Colégios, especialmente em cargos de reitores e provinciais, não tenho por coisa de menos pêso e importância isto de atender à conversão e doutrina dos Índios, como eles fazem de contínuo e com muita edificação" (LEITE, 1950:v.II:432-433).

<sup>4</sup> "De allá (Europa) nos embien quantos estudiantes moços pudieren para acá estudiar en nuestros collegios, porque en estos no ay tanto peligro, y estos juntamente van deprendiendo la lengua de la tierra, que es la más principal scientia para acá más necessaria y la experiencia a mostrado ser este util medio, porque algunos de los huérfanos que de Portugal embiaron, que despues acá admittimos a la Compañia, son ahora muy útiles operarios" (NOBREGA, 1561 *apud* LEITE, 1958:363).

<sup>5</sup> "Polla qual razão nos obriga Nosso Senhor a mais presto lhe socorrermos, maiormente que nesta Capitania [São Vicente] nos proveo de instrumentos para isso, que são alguns Irmaos lingoas, e por estas razões nesta Capitania nos ocupamos mais que nas outras" (NOBREGA 1553 *apud* LEITE 1957:16).

Adão Gonçalves, dispensa da exigência de nunca ter sido casado, etc. Em 1568, a Congregação solicitava a dispensa de maiores estudos a todas as pessoas que soubessem a língua da terra (LEITE, 1950:v.II:563).

Um dos casos de dispensa foi o de saber latim, monopólio dos jesuítas em Portugal. Enquanto nos colégios da Metrópole, era obrigatório o seu conhecimento, na Colônia, pelo fato de alguém dominar a língua brasílica ("que es la más principal scientia para acá más necessária" (NOBREGA, 1561/ LEITE, 1958:363)), podia ser dispensado do conhecimento do latim. O interesse pela língua brasílica versus a não importância dada ao latim no período de Nóbrega pode ser apreciado nas menções de que alguns irmãos línguas tinham suas aulas de latim (gramática) suspensas para irem para as aldeias. Como motivo para dar uma formação diferente nos Colégios da Colônia, os jesuítas alegavam a ausência de escrita entre os índios no Brasil<sup>6</sup>.

Ser "língua ou não-"língua" se sobrepôs a não ser "letrado" ou sê-lo<sup>7</sup>, com repercussões na possibilidade de assumir cargos dirigentes no interior da ordem religiosa. Ao longo do século XVI, houve uma oscilação quanto a política de recrutar os "nascidos na terra". Os casos de defesa de recrutamento dessa parcela da população eram sempre baseados no domínio do tupi que possuíam.

### 3. A importância do discurso público exortativo entre missionários e grupos tupi

As crônicas dos jesuítas no Brasil relatam situações de conflitos no plano discursivo, que tiveram seu desenlace intermediado por discursos em tupi feitos pelos "línguas". Alguns relatos contam de índios que, pela oratória, fizeram mudar a posição de todo um grupo, contra ou a favor dos jesuítas<sup>8</sup>. Outras vezes, são situações de perigo de vida que foram resolvidas pela eloquência do intérprete, como relata Navarro em 1551 (LEITE, 1956:278).

O discurso público, com o objetivo de clamar, advertir etc. era um elemento cultural comum tanto aos grupos tupi como aos jesuítas. Os grupos tupi são mencionados como apreciadores dos discursos públicos, pela importância que davam aos "senhores da fala"<sup>9</sup>. Também os jesuítas, através das pregações, cultuavam o mesmo gosto pela oratória. A

<sup>6</sup> "as letras em toda parte são muito necessárias e mais numas partes que noutras. No Japao são muito necessárias, porque é gente de melhor saber e subtil engenho... Mas para cá, para esta gente do Brasil, poucas letras bastam. E quem nesta terra sabe a língua dela é aqui teólogo" (VIEGAS, 1585 *apud* LEITE, 1950,v.IX:385).

<sup>7</sup> "... porque saiba V.P. que muitos a queiram aprender [a língua da terra] e saber e dar-se a ela: tudo era darem-se às letras e serem pregadores dos portugueses, e subir ao púlpito a pregar aos brancos e nao se lembravam desta pobre gente de lhes pregar em sua língua" (VIEGAS, 1585 *apud* LEITE, 1950:v.IX:384-385).

<sup>8</sup> "Un poco antes de la mañana en que lo avían de matar, um indio de Piratininga christiano muy estimado entre todos hizo una habla al derredor de las casas (como es su costumbre) amonestando a los suyos que dexassen a los Hermanos hazer con el enemigo todo lo que juzgassen serle necesario para su ánima" (LEITE, 1958:261).

<sup>9</sup> "Hazen mucho caso entre si, como los Romanos, de buenos lenguas y les llaman señores de falla, y un buen lengua acaba con ellos quanto quieren, (y les hacen en las guerras que maten y no matan, y que vayan a una parte a otra, y es señor de la vida y muerte) y les oyen toda una noche y a veces tambien al dia sin dormir ni comer, y para le experimentar si es buen lengua y eloquente, se ponen mucho con el, toda una noche, para le vencer y cansar, y si no la hazen, le tienen por gran hombre (y lengua). Por esto hay predicadores entre ellos muy estimados que los exortan a guerrear, matar hombres y hazer otras hazañas desta suerte" (MAURO, 1961:163).

"Havia nesta 'poblazón' um principal mui antigo y a quem os da Ilha tem grande credito, porque lhe chamam senhor das falas" (LEITE, 1957:408)

presença da oratória entre os jesuítas pode ser encontrada no "exercício dos tons", que consistia na preparação de pregadores em três fases (LEITE, 1950:v.II:300). Quanto à oratória tupi, instituiu-se no Colégio da Bahia o hábito de que em sessões solenes, como em visitas de preladados, houvesse demonstrações de pregações de "orações em prosa e em verso na língua do Brasil" (LEITE, 1950:v.II:562).

Assim como os índios tinham aqueles que eram reconhecidos pelo domínio da oratória, os jesuítas também o tiveram. Alguns "línguas" missionários foram reconhecidos como "pregadores" na língua indígena, pelo domínio da oratória em tupi. As crônicas costumam compará-los a um Cícero, "trombetas" na língua indígena (LEITE, 1950:v.II:548).

Uma diferença da oratória dos índios em relação àquela cultivada entre os jesuítas é que nesse segundo grupo ela mantém relação com a escrita. Pero Correia pedia em 1553 livros "em romance", porque ele sabia a "língua da terra", mas "se um pregador não tem coisas novas enfastia" (CORREIA, 1553 *apud* LEITE, 1937).

A estratégia de conversão por parte dos jesuítas de São Vicente foi a de substituir a oratória do "senhor de fala" pela da pregação cristã, realizando esta nos momentos tradicionalmente destinados àquela, ou seja, nas primeiras horas do dia<sup>10</sup>. A ocupação missionária do espaço e tempo da oratória do "senhor da fala" pode ser considerada como uma forma de colonização da linguagem, definida por Mignolo como sendo a situação na qual a voz de uma comunidade é suprimida e desacreditada por outra modalidade discursiva (MIGNOLO, 1992:310).

Nos primeiros anos da conversão, a sobreposição das duas tradições de oratórias está presente na prática de usar as "pausas", "quebras" e gestualidade do discurso indígena por parte dos jesuítas<sup>11</sup>. Em 1574, é mencionado um abandono desta linha discursiva, ao se procurar diferenciar a pregação cristã da oratória indígena<sup>12</sup>.

#### 4. Gramática tupi:

Uma constante da história colonial das línguas indígenas utilizadas na conversão religiosa foi a de terem recebido algum tipo de escrita alfabética. Sobre elas, uma trilogia de obras foi elaborada: catecismos, vocabulários e gramáticas. Desses três gêneros, o primeiro a ser elaborado em tupi foi o catecismo. Este tipo de obra era complementado com as falas próprias para cada cerimonial cristão (batizar, casar, ungir, enterrar, confessar, declarar e

---

<sup>10</sup> "Por todos os lugares e povoações que passavamos me mandava pregar-lhes nas madrugadas, duas horas ou mais; e era na madrugada porque então era costume de pregarem os seus principais e Pagés, a que eles muito creem" (Pero CORREA, 1551 *apud* LEITE, 1956:220). "Y dos horas *dante* mañana los tornamos a llamar, porque en aquel tiempo están más quietos que en outro, y entonces les predicamos por sua lengua las cosas de su salvación, y ansí deciéndoles en qué han de creer; y todos están mui prompts" (Vicente RODRIGUES, 1552 *apud* LEITE, 1956:411).

<sup>11</sup> [Navarro] "começava a despejar a torrente da sua eloquência, levantando a voz, e pregando-lhes os mistérios da fé, andando em roda deles, batendo o pé, espalmado as mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras e espantos costumados entre seus pregadores, para mais os agradar e persuadir" (VASCONCELOS, *apud* LEITE, 1950:v.II:299)

<sup>12</sup> "[introduzir nas aldeias dos índios] a maneira de pregar que se usa entre os brancos, para que, em tudo, vão se perdendo os costumes dos seus antepassados e afeiçoando-se aos nossos" (1574 em LEITE, 1950:v.II:300).

admoestar)<sup>13</sup>. Textos como esses foram escritos logo no primeiro ano da chegada dos jesuítas por ordem do provincial Nóbrega. Dois padres do Reino foram encarregados de escrevê-los com o auxílio dos colonos, em especial um que era alfabetizado (PIRES, 1551 *apud* LEITE, 1956:252)(NAVARRO, 1551 *apud* CORTEZAO, 1955). Navarro incumbiu a esse colono de traduzir sermões, um texto para ser usado na confissão e orações (LEITE, 1958:546).

Em relação aos vocabulários, Leite avalia que foram obras elaboradas por iniciativa e uso individual até 1565. Neste ano, foi solicitado pela metrópole um vocabulário para que os jesuítas europeus, a caminho da colônia, pudessem usar como forma de aprendizado.

Quanto a gramática, a primeira foi a de Anchieta, escrita entre 1555-56 em São Vicente e publicada em 1595. Uma outra, tupi, foi escrita no século XVII por Luis Figueira, quando o foco da ação jesuítica passou a ser as colônias mais ao norte (Maranhão e Grão Pará). Anchieta, ainda, colaborou com Manuel Viegas na elaboração de uma *arte* na língua Marominin.

Para ler um catecismo tupi, requeria ser alfabetizado em português, já que essa ortografia serviu de base para a escrita tupi. Para usar um vocabulário, exigia, além de ser alfabetizado, conhecer as regras de uso desse gênero de obra (consulta ao significado de palavras isoladas ordenadas alfabeticamente). No caso da gramática tupi, era requerido um conhecimento extra, o de saber noções da gramática latina. Saber falar tupi não tornava uma pessoa capaz de compreender uma gramática nesta mesma língua.

A história da gramática tupi se constrói paralela ao ensino de latim. A idéia de fazer uma *Arte* tupi já é mencionada por Navarro em 1553 (LEITE, 1950:v.II:549), porém seu primeiro autor acabou sendo Anchieta, professor de latim em São Vicente. Ele menciona estar trabalhando na *Arte* em 1555, mas não encontrava ali pessoas que soubessem gramática<sup>14</sup>, que pudessem fazer uso da obra, apenas os que chegassem da Metrópole com conhecimento de latim. Um ano mais tarde, Nóbrega levou uma cópia da *Arte* para Bahia, e quem parece disposto a aprender a língua brasileira por meio dela é o professor de Latim do Colégio da Bahia, Antonio Blazques (1556 *apud* LEITE, 1957:301).

A primeira gramática tupi (1555) foi contemporânea à primeira gramática do português (1536). A proliferação de gramáticas no século XVI foi um sinal da ideologia das letras, que tornou o latim modelo universal. Essa universalização surge pela elaboração de escritas alfabéticas e pelo uso de categorias gramaticais latinas como molde para as línguas coloniais (MIGNOLO, 1992:305). As gramáticas do século XVI não tiveram a função especulativa que possuíam na tradição grega e se tornaram instrumentos de aprendizado de línguas. Embora as gramáticas em línguas européias tenham sido propostas como meio de difusão daquelas línguas nas colônias, a obra gramatical acabou sendo aí utilizada apenas como forma de ensino das línguas indígenas usadas na conversão (as "línguas gerais").

No Brasil, os principais autores da escrita tupi foram os "línguas" jesuítas; a administração colonial não se interessou por uma escrita tupi. Quanto aos colonos, apesar de

<sup>13</sup> "... acrescentei, não só todas as exortações necessárias nos passos ocurrentes & hum copioso confessorário: mas tambem lhe ajuntei tudo o que pertence à ordem de Baptizar, casar, & ungir, & enterrar conforme ao Ceremonial Romano; com suas declarações & amoestações na lingua, tudo muito importante para os que se occupo na conversão" (LEITE, 1950:v.II:560).

<sup>14</sup> "Não a ponho em arte porque não haa quá a quem aproveite, somente aproveito-me eu della, e aproveitar-se-ão os que de lá vierem, que souberem grammatica" (ANCHIETA, 1555 *apud* LEITE, 1957:160-161).

ter sido um deles o primeiro a produzir textos escritos em tupi, isto ocorreu sempre por solicitação dos jesuítas. Um indício de que não havia muitos letrados entre os colonos conhecedores da língua brasílica foi a ida de Navarro a Porto Seguro atrás do único colono alfabetizado.

Quanto aos usuários dessa escrita, não se dirigia aos índios; seu fim era apenas para uso interno da missão, haja visto que as classes de "ler e escrever" para crianças indígenas eram em português (LEITE, 1958:65\*) e que a forma discursiva usada na conversão foi essencialmente oral. Isso representava enfatizar a memória ("saber de cor")(LEITE, 1957:352) como forma de difusão dos textos religiosos entre os catecúmenos, além de usar textos na forma de diálogo de perguntas e respostas<sup>15</sup> (LEITE, 1957:137), para que, com "maior facilidade lhes ficasse na cabeça" (LEITE, 1950:v.II: 556-557).

As obras escritas em tupi se dirigiam essencialmente aos "padres do reino". A gramática era a estratégia de aprendizado da língua para os membros vindos da metrópole com uma forte formação literária (FIGUEIRA, 1878).

Através da observação de publicações em línguas indígenas, percebe-se que a ideologia das letras foi forte no mundo colonial espanhol e branda nas colônias portuguesas por causa da proibição de haver imprensa nos domínios portugueses. Nos primeiros 50 anos da presença dos jesuítas no Brasil, à exceção da impressão da gramática de Anchieta nada mais foi publicado, apesar de haver solicitações nesse sentido por parte dos missionários. O primeiro catecismo tupi impresso ocorreu em 1618, depois de cerca de meio século do exercício de escrever textos cristãos em tupi. No período em exame, século XVI, a escrita tupi existiu apenas na forma de manuscrito, tendo sido o século XVII mais pródigo de publicação de materiais tupi. O maior número de impressão ocorreu na época em que o trono português esteve nas mãos dos reis espanhóis (1580-1640).

Uma repercussão da ideologia das letras na forma de aprendizado do tupi pelos jesuítas pode ser encontrada no momento em que a gramática se torna central como instrumento pedagógico. O jesuíta Antonio Pires mostra, por exemplo, uma outra estratégia para aprender a língua, dessa vez a partir de noções da gramática latina<sup>16</sup>. A gramática continua presente mesmo quando os jesuítas são enviados para as aldeias para aprenderem oralmente a língua; em 1610, por exemplo, havia determinações para o estudo do tupi pela *arte* nas aldeias, pelo menos meia hora por dia (LEITE, 1950:v.II:562).

A gramática de Anchieta deu ensejo à institucionalização do tupi como matéria de ensino nos colégios (LEITE, 1950:v.II:561). Esse fato pode ser observado nas cartas de jesuítas da Bahia, as quais falam sobre a ordem do provincial Luis Grã de que todos estudassem tupi pela gramática de Anchieta. (MELO, 1560 *apud* LEITE 1958:283; PEREIRA, 1560 *apud* LEITE, 1958:306; PIRES 1560 *apud* LEITE, 1958:310). Mais tarde, o Visitador Inácio de Azevedo, quando tornou obrigatório o aprendizado do tupi, determinou que aqueles que soubessem latim, deveriam exercitar-se pela *Arte da Língua* (LEITE, 1950:v.II:561).

---

<sup>15</sup> "os mais delles [moços indígenas da Escola] sabem a doutrina todo e sabem o esencial da fee, que em perguntas à maneira de dialogo lhes ensinão na sua lingoa" (1556 em LEITE, 1957:269).

<sup>16</sup> "Agora começo polos nominativos por a arte para poder aprender" (Antonio PIRES, 1560 *apud* LEITE, 1958:310-311).

Outro indício do fortalecimento da ideologia das letras na colônia surge através da idéia de que dominar uma gramática tupi é uma forma de saber a língua. Este é o caso de Luis Grã, que consta nas crônicas jesuíticas como um não "língua", ao usar intérpretes nas suas viagens e ao realizar os sacramentos em tupi por meio de falas decoradas. Entretanto, em 1560, ele é identificado como conhecendo tupi pelo fato de dominar a sua gramática <sup>17</sup>.

## 5. Conclusão

As questões sobre a procedência dos intérpretes jesuítas e do uso da gramática tupi na Companhia de Jesus levam a propor uma diferença na forma de conhecimento do tupi nos dois primeiros colégios dos jesuítas no Brasil, São Vicente e Salvador. O período em que os jesuítas se concentraram em São Vicente, o tupi adquirido pela missão é predominantemente de domínio oral, enquanto na Bahia se institucionaliza seu uso escrito, surgindo ali maiores reflexos da ideologia das letras, pelo papel relevante que teve a gramática de Anchieta.

O colégio de São Vicente representou o momento do domínio do tupi pela oralidade, cujo interesse era criar "senhores da fala" cristãos. Ali, o conhecimento do tupi se deu pelo recrutamento de colonos "línguas" para os quadros da ordem religiosa ou pela exposição dos órfãos a situações de uso oral do tupi.

O Colégio da Bahia parece ter tido uma formação diferente à de São Vicente, diante do fato possível do tupi não ser a língua franca na cidade, sede administrativa da colônia. Foi lá que se institucionalizaram aulas de tupi em 1572, transformando o colégio em local de aprendizado da língua. Ali, a língua brasílica se incorporou ao programa escolar, teve um professor para essas funções e a gramática se tornou seu modelo de ensino, tanto para os padres da metrópole como para os próprios línguas.

O uso obrigatório da gramática tupi no Colégio da Bahia, em vez de apontar um maior realce daquela língua na vida interna da Ordem, mostra, na verdade, uma maior importância da gramática latina na formação dos jesuítas. A obrigação de aprender tupi pela gramática revela mais a institucionalização do latim do que da língua brasílica.

Em suma, a oposição entre a oralidade tupi, representada pelos intérpretes, e a escrita tupi, por parte da gramática, nos leva a uma interpretação sobre o funcionamento da diglossia tupi versus latim. Num primeiro momento, houve uma maior importância no interior da Ordem do conhecimento da língua indígena, o que fez com que a missão abrisse mão do conhecimento de latim para receber no seu quadro aqueles que dominavam apenas o tupi, chamado do "latim da terra"(LEITE, 1957:418). Com o aparecimento da gramática tupi, se requeria saber latim para ser capaz de usá-la.

---

<sup>17</sup> "(Ele) é mestre della por saber explicar suas regras melhor do que todos, postos que sejam muito boas línguas" (PEIXOTO, 1931).



**REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes

1982 *Política de lenguaje en Brasil colonial*. Tese de mestrado. Escuela Nacional de Antropología e Historia. México.

1986 "Um caso de política lingüística: a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial", *Amerindia* 11:69-77.

CARDIM, Fernão

1939 *Tratado da terra e gente do Brasil*. Brasiliana, vol 168. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional. SP, 2ª edição.

CORTESÃO, Jaime

1955 *Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Livros de Portugal. Rio.

FIGUEIRA, Luis

1878 *Grammática da língua do Brasil*. Fac-simile da edição de 1678. Leipzig . Publicado por Julio Platzman.

LEITE, Serafim, S.I.

1937 *Páginas da História do Brasil*. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Coleção Brasiliana n.93.

1950 *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Instituto Nacional do Livro. Rio

1956-57-58 *Monumenta Brasiliae*. Monumenta Historica S.I. vol 79-80-81. Roma.

MAURO, Frederic

1961 *Le Brésil au XVII siècle, documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Coimbra.

MIGNOLO, Walter D.

1992 "On the colonization of Amerindian languages and memories: Renaissance theories of writing and the discontinuity of the Classical tradition". *Comparative studies in society and history*, vol.34 n.2, April , 301-330.

PEIXOTO, Afrânio (org.)

1931 *Cartas avulsas de jesuítas (1550-1568)*. *Cartas de Letras Jesuíticas II*. Rio de Janeiro. Publicações da Academia Brasileira.

### Jesuítas com conhecimentos de Tupi no século XVI

Nomes	Local Nascim.	Data Nascim.	Falecimento	Local de entrada na CIA de Jesus	Data de Entrada na CIA de Jesus	Data de Chegada ao Brasil	Procedência
Mateus de Aguiar	Brasil	1575	1659	Brasil	1592		
André Almeida	Brasil	1572	1649	Brasil	1589		
Anchieta	Espanha	1534	1597	Portugal	1551	1553	
Manuel de Andrade		1541		Brasil	1559		
Antonio Araújo	Portugal	1566	1632	Brasil	1582		
Antonio de Atouguia				Brasil	1556		
Cipriano de Brasil	Brasil	1540	1563	Brasil	1552		mestiço
Manuel Cardoso	Brasil	1575	1628	Brasil	1592		
Paulo de Carvalho	Portugal	1576	1621	Portugal	1591		
Pero de Castilho	Brasil	1572	1642	Brasil	1587		
Manuel Chavez	Portugal	1514	1590	Brasil	1550		
Pero Correia	Portugal		1554	Brasil	1550	1534	colono
Pero da Costa	Portugal	1529	1616	Brasil	1556		
Baltazar Fernandes	Portugal	1538	1628	Portugal	1558	1566	
Diogo Fernandes	Brasil		1607	Brasil	1560		
Duarte Fernandes	Portugal		1604	Brasil	1563		capitão de armada
Tomas Filds	Irlanda	1549	1625	Italia	1574	1578	
Francisco de Fonseca	Brasil	1577	1645	Brasil	1594		
João Batista Giaccopuzi	Italia	1539	1590	Europa	1562	1575	
Pero de Gois	Portugal		1558	Brasil	1553		criado no Brasil
Manoel de Gomes	Portugal	1570	1648	Portugal	1586	1595	
Sebastião Gomes	Portugal	1549	1629	Brasil	1569		
Adão Gonçalves	Portugal		1593	Brasil	1561		colono
Antonio Gonçalves	Portugal	1531	1611	Portugal	1554	1560	

Nomes	Local Nascim.	Data Nascim.	Falecimento	Local de entrada na CIA de Jesus	Data de Entrada na CIA de Jesus	Data de Chegada ao Brasil	Procedência
Bartolomeo Gonçalves			1576	Brasil	1564		Mestiço
João Gonçalves	Portugal		1558	Portugal		1553	
Simeão Gonçalves	Portugal	1539	1572	Brasil	1554		Orfão
Diogo Jácome	Portugal		1565	Portugal	1548	1549	
Simão Jorge	Portugal			Brasil	1561		
Joseph	Portugal	1537	1571	Portugal	1555		
Francisco de Lemos	Portugal	1563	1628	Brasil	1578		
João Lobato	Portugal	1546	1629	Brasil	1563		
Gaspar Lourenço	Portugal	1539	1581	Brasil	1553		
Fabiano de Lucena				Brasil	1551		
Fernão Luis	Portugal		1583	Brasil	1556		Padre secular
Antônio de Melo				Brasil	1560		
Ignacio de Mello	Portugal	1545					
Domingos Monteiro	Portugal	1567	1641	Brasil	1582		
Juan A. Navarro	Espanha	1521	1557	Portugal	1545	1549	
Gonçalo de Oliveira	Portugal	1534	1620	Brasil	1552		
Manuel Ortega	Portugal	1561	1622	Brasil	1580		Criado no Brasil
Domingos Anes Pecorela	Portugal		1554	Brasil	1550		
Pero Peneda				Brasil	1560		
João Pereira	Portugal	1542	1561	Brasil	1557		Orfão
Antonio Pina	Portugal	1541		Brasil	1559		Orfão
Francisco Pinto	Portugal	1552	1608	Brasil	1568		
Antonio Rodrigues	Portugal	1516	1568	Brasil	1553		Soldado
Jeronimo Rodrigues	Portugal	1552	1631	Portugal	1572	1575	
Jorge Rodrigues	Portugal	1539	1612	Portugal	1559	1559	
Migue Rodrigues	Portugal	1571	1641	Portugal	1598	1601	

Nomes	Local Nascim.	Data Nascim.	Falecimento	Local de entrada na CIA de Jesus	Data de Entrada na CIA de Jesus	Data de Chegada ao Brasil	Procedência
Paulo Rodrigues	Portugal	1542		Brasil	1560		Criado no Brasil
Vicente Rodrigues	Portugal	1528	1600	Portugal	1545	1549	
Antonio de Sá	Europa	1537		Brasil	1559		Orfão( ? )
Inácio de Sequeira	Portugal	1581	1644	Brasil	1598		
Gregorio Serrão	Portugal	1527	1586	Portugal	1550	1553	
João Sousa	Portugal		1554	Brasil	1550		Colono
Leonardo do Vale	Portugal	1538	1591	Brasil	1553		Criado no Brasil
Cristovão Valente	Portugal	1566	1627	Brasil	1583		Criado no Brasil
Luis Valente	Portugal	1538	1604	Brasil	1559		Orfão ( ? )
Manoel Viegas	Portugal	1533	1608	Brasil	1556	1550	Orfão

Fonte: Serafim Leite (1950;1956;1957;1958)